



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Aplicadas e Educação - CCAE
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas - DCSA
Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis

Gestão Patrimonial de Bens das Universidades Públicas: Um Estudo de Caso das Características do Processo de Inventário Patrimonial da Universidade Federal da Paraíba

Autor: Josabete Costa Tavares - UFPB - josabete costa19@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. João Marcelo Alves Macedo - UFPB -

joao.marcelo@academico.ufpb.br

Membro da Banca: Prof. Dr. Luiz Marcelo Martins do Amaral Carneiro Cabral - UFPB -

luizmarcelocb@hotmail.com

Membro da Banca: Prof. Dr. Luiz Gustavo de Sena Brandão - UFPB -

gustavobrandao@bol.com.br

Resumo

A gestão patrimonial é um importante instrumento para garantir a transparência e a atualização dos registros dos bens públicos. O presente estudo aborda a gestão patrimonial de bens em instituições públicas, com foco no processo de inventário patrimonial da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A pesquisa, de natureza explicativa e aplicada, com objetivo identificar a percepção dos usuários de bens da instituição, a respeito da situação patrimônio com enfoque na gestão e no inventário. A pesquisa promoveu uma revisão bibliográfica e análise de documentos normativos. Utilizando uma abordagem quantitativa, dados foram coletados por meio de questionários eletrônicos. A análise dos dados coletados permitiu uma identificação das características do processo de levantamento patrimonial, demonstrando a visão que os usuários do patrimônio têm sobre o processo de inventário como ferramenta de controle para gestão, além de destacar as áreas que precisam de melhorias, como a manutenção bens, capacitação dos profissionais envolvidos e implementação de tecnologias mais eficientes. Esse trabalho visa também servir como base para pesquisas futuras na área de gestão patrimonial em instituições públicas, contribuindo para o aprimoramento das práticas de controle e administração de bens através da relevância do inventário patrimonial, buscando uma valiosa compreensão do processo de inventário patrimonial para aprimorar a gestão patrimonial na UFPB e em outras instituições públicas, promovendo a transparência, a eficiência, contribuindo para uma cultura de responsabilidade na administração pública, visando sempre a melhoria contínua dos processos de controle e gestão patrimonial e refletindo o compromisso da instituição na prestação de contas à comunidade acadêmica.

Palavras-chave: Gestão Patrimonial. Instituições Públicas. Controle de Inventário.

1. Introdução

Nas instituições públicas, a gestão patrimonial dos bens obedece à vários procedimentos baseados em leis federais, normativas, portarias, manuais específicos e normas internas, visando o controle físico de forma funcional mediante práticas contábeis que auxiliam na eficiência e transparência na utilização dos recursos públicos.

A gestão patrimonial compreende a atividade de administrar bens e recursos, tendo como principal objetivo a preservação do valor patrimonial, onde seus esforços estão diretamente relacionados ao controle e fiscalização de todos os bens móveis e imóveis, equipamentos e materiais permanentes.

Para Matias (2015) o controle patrimonial é realizado por meio de registros e documentações que contenham informações sobre os bens patrimoniais, informações estas que abrangem a sua identificação, localização, condições e histórico de ambientes onde esteve localizado, desde a entrada na instituição até a sua baixa. Sendo de responsabilidade dos gestores internos o registro de todos os bens para que futuramente seja uma base eficiente para os levantamentos e conferências (Viecelli e Markoski, 2013). A partir disso, o relatório de inventário surge como uma ferramenta eficiente de gestão patrimonial, sendo uma obrigatoriedade da administração pública no controle de seus bens, conforme art. 216 da Constituição Federal de 1988.

Nas instituições públicas, os bens patrimoniais podem ser obtidos de diversas maneiras. Recebendo por meio de compra, cessão, doação, permuta, transferência e até mesmo por produção interna. Sendo necessário o registro desses bens adquiridos no sistema utilizado pela instituição, pelo qual é feita a gestão patrimonial (Brasil, 1988). O inventário patrimonial consiste na atividade de levantamento e registro das informações sobre os bens patrimoniais de uma instituição, tendo por objetivo manter um controle sobre esses bens para poderem ser utilizados de maneira adequada. A lei n.º 4.320 expõe que o relatório de inventários surge como uma das ferramentas de controle, sendo responsabilidade dos administradores das instituições o levantamento dos bens para sua composição (Brasil, 1964).

Esse registro deve ser feito de maneira eficaz, sendo necessária constante atualização nas movimentações de entradas e saídas dos bens, considerando o inventário como meio de informações que permite a identificação de possíveis erros de gestão (Barreto, Porto Junior e Costa, 2022). Tornando-se de extrema importância para o controle, por destacar a necessidade de manter as informações sobre os bens, precisamente atualizadas, para a gestão poder acompanhar de forma mais transparente.

Tendo conhecimento disso, a necessidade deste estudo surge com o intuito de promover um entendimento mais aprofundado sobre a importância do levantamento patrimonial para realização de inventário como uma maneira de auxílio na gestão de bens. Buscando soluções que melhorem o controle e a transparência.

Diante disso, o objetivo deste estudo é identificar a percepção dos usuários de bens patrimoniais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a respeito da situação do patrimônio com enfoque na gestão e no inventário patrimonial, visando contribuir na melhoria do controle e da transparência na administração desses bens. Como resultado prático do presente estudo, espera-se destacar a importância dessa ferramenta de controle nas instituições públicas, de modo que promova um entendimento e contribua para a formação de uma cultura de responsabilidade e eficiência na gestão patrimonial.

Para o alcance do objetivo desejado será adotada será feita uma pesquisa de caráter exploratória aplicada, tendo como universo os usuários dos bens públicos da UFPB, tomando como base científica estudos publicados, leis e normativas.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Gestão Patrimonial

A gestão do patrimônio diz respeito a um conjunto de atividades práticas usadas para administrar os bens de uma instituição. Tornando-se de essencial importância para a continuidade de toda a organização, sendo executada conforme as normas legais, tendo na comunicação e na responsabilidade um elo de relevante valor (Pontes, 2019).

De acordo com Lima e Silva (2021), é necessária uma eficiência no sistema de infraestrutura para administrar o patrimônio, com capacitação e treinamento do pessoal, de modo a alcançar maiores resultados e evitar o desperdício de tempo e recursos financeiros. Nesse sentido, podemos enfatizar a importância da questão do cuidado e atenção aos detalhes do patrimônio, visando a garantia da preservação para cumprir a sua função. No entendimento de Barbosa (2015), a gestão tem como principal finalidade suprir as demandas dos órgãos públicos, disponibilizando materiais permanentes e de consumo para auxiliar a administração nas atividades desempenhadas.

A gestão patrimonial também tem em vista assegurar a eficácia no atendimento, muito embora, ainda de acordo com Lima e Silva (2021), seja ainda uma temática pouco vista pelos administradores por tenderem a diligenciar esforços para as questões de orçamento. Nesse sentido, a prestação de informações sobre os bens torna-se essencial na gestão do patrimônio, pois as instituições públicas sempre têm enfrentado inconformidades como mudanças de localização de bens, danificação ou perda de etiquetas com numerações patrimoniais. (Martins, et al., 2013)

Moraes (2021) reforça esse entendimento ao afirmar que, por intermédio da gestão patrimonial, é possível gerar informações importantes que permitem o controle, possibilitando saber o valor real do ativo da empresa. Nessas informações estão incluídas as características e durabilidade dos bens.

A gestão patrimonial feita de maneira eficiente pode assegurar a preservação dos bens ao longo do tempo. Para Araújo (2013), é fundamental que a formação dos bens seja organizada de modo estratégico, considerando, critérios de qualidade, custo-benefício e durabilidade, conforme os objetivos a serem alcançados pela instituição.

2.2 A Formação dos Bens das Instituições Públicas

As instituições públicas têm procedimentos administrativos básicos próprios para a formação dos bens patrimoniais. Conforme a Instrução Normativa n.º 205/88, os bens podem ser introduzidos ao patrimônio por meio de compra, cessão, doação, permuta, fabricação e incorporação, sendo obrigatório o registro no almoxarifado quando recebido.

Segundo o Manual da Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), a formação de bens nas instituições públicas se dá por meio da aquisição, construção e incorporação de ativos essenciais para a realização das atividades e que tais bens devem ser registrados, garantindo a transparência da gestão.

Segundo o Manual de Procedimentos Patrimoniais da UFPB, a aquisição de bens por compra pode ser nacional, onde o setor responsável encaminha ao almoxarifado para conferência após emissão de nota de empenho. De igual modo, a aquisição pode ser por compra internacional, por meio de importação, o qual não segue o procedimento padrão, pois, diferentemente das compras nacionais, não há pagamento antecipado. É importante salientar que as compras internacionais ocorrem pelo fato de que algumas pesquisas utilizam equipamentos que não são fabricados no país.

O processo de aquisição ainda segue padrões objetivos que visam a transparência em todas as etapas, a qualidade e desempenho do bem, descritos de maneira específica em um edital que será lançado em processo de licitação, em conformidade com a lei n.º 10.520 (Brasil, 2010).

Esse edital descreve as condições para a participação no processo, além dos métodos de avaliação das propostas.

As instituições públicas podem, ainda, como forma de movimentação de bens, conceder a cessão do material de seu acervo patrimonial. Nessa situação, ocorre a transferência de responsabilidade sobre os bens entre instituições, quando for estabelecido um prazo de vigência (Brasil, 2018). Essa atividade permite a utilização dos bens por outras instituições que têm uma demanda temporária.

De acordo com o Decreto n.º 9.764/2019, os bens do patrimônio podem ser adquiridos sem haver a necessidade de pagamento em moeda corrente, mas pela transferência de propriedade total, mediante processos de doação (Brasil, 2019). A permuta também é outra modalidade que viabiliza a incorporação do bem ao acervo patrimonial sem que haja diminuição de recursos da instituição, conforme exposto por Alves (2018). Tais alternativas permitem uma movimentação dos bens que não estejam sendo utilizados ou que já não atendem às necessidades das demandas.

2.3 O Controle do Patrimônio e a Realização do Inventário Patrimonial

Na administração pública, o controle dos bens patrimoniais é de responsabilidade de um setor específico, cuja obrigação é fazer o registro dos bens de acordo com suas características, designando-os aos servidores responsáveis pelo seu uso.

De acordo com o art. 94 da Lei n.º 4.320/64, esses registros devem ser analíticos e de caráter permanente, com uma perfeita descrição de seus elementos, como características físicas, valor, localização, como também os responsáveis pela sua guarda. A lei dispõe ainda, em seu art. 95, que a contabilidade deve manter esses registros de maneira sintética, de forma que assegurem a transparência da gestão dos bens móveis e imóveis das instituições.

Ante o exposto, é o setor de patrimônio o encarregado pelo controle do bem patrimonial desde a sua aquisição. Cabe a este setor registrar as inserções e baixas dos bens, gerar número de identificação, designar e informar a localização, controlar a movimentação, registrar o responsável e emitir relatórios. De maneira que nenhum bem pode ser movimentado sem o conhecimento prévio desse setor, segundo determinação da IN n.º 205 (Brasil, 1988).

Fijor (2014) e Ferreira (2021) afirmam que, sendo esse controle de fundamental importância, também é o grande desafio para a gestão do patrimônio, visto que, depois da distribuição dos bens, é muito comum que haja movimentações sem a devida comunicação ao setor de patrimônio. Quando isso ocorre, não há o registro no sistema, ocasionando divergências, as quais só serão vistas mediante a realização do inventário (Fijor, 2014; Ferreira, 2021). Segundo Matias (2015), esse controle pode ser realizado com ações que permitem a coleta de dados relativos à identificação, existência, quantidade, localização, condições de uso por meio de registros e documentação, desde a inclusão no patrimônio da instituição até a sua baixa.

Assim, visando essa necessidade de controle, é nomeada pela administração da instituição a Comissão de Inventário de Bens Permanentes, que fica responsável pela realização do inventário. De acordo com Alves (2018), essa comissão é constituída por no mínimo 03 (três) servidores efetivos que tenham conhecimento dos bens patrimoniais, podendo estes serem auxiliados por outros detentores do patrimônio das unidades administrativas.

O inventário proporciona uma verificação dos bens de forma detalhada, além de identificar quais bens precisam de identificação, manutenção e/ou substituição. Ainda segundo Alves (2018), o relatório de inventário tem o objetivo de refletir a realidade do patrimônio da instituição, e deve ser realizado como medida de controle, tendo em vista que os bens não pertencem a uma pessoa física, mas à instituição pública, e precisam estar preservados.

O inventário físico dos bens patrimoniais, segundo a IN n.º 205 (Brasil, 1988), é importante, por permitir a verificação de saldos dos equipamentos e materiais permanentes em uso na instituição. Permitindo o ajuste de movimentações, detalhando o estado físico do bem, facilitando a análise do desempenho, fazendo um levantamento dos equipamentos que necessitam na unidade. Portanto, a realização do relatório de inventário não apenas documenta a existência do patrimônio, mas dispõe de informações para a tomada de decisões administrativas.

É importante mencionar que há vários tipos de inventários físicos, os quais têm finalidades distintas, permitindo à instituição fazer vários inventários no exercício contábil (Brasil, 1988). E que através da realização do inventário é possível fazer um estudo da eficiência do método adotado pela administração da instituição no que tange à transparência na prestação de contas, bem como auxilia na nas decisões da gestão. (Fernandes, Silva e Tolfo, 2018).

3 Procedimentos Metodológicos

O presente trabalho consiste em um estudo caracterizado por uma pesquisa exploratória, de natureza aplicada, por ter por intuito produzir conhecimentos na aplicação. Sendo feita uma abordagem quantitativa, onde as informações obtidas podem ser traduzidas por meios numéricos, utilizando-se de recursos estatísticos, conforme Moresi (2003). Utilizou-se do método indutivo, com emprego de questionários eletrônicos e avaliação documental.

O campo de estudo dessa pesquisa esteve concentrado nos usuários dos bens públicos da UFPB, universo esse que engloba os alunos, servidores técnicos, servidores docentes e prestadores de serviços terceirizados. Tendo como objetivo analisar a situação do patrimônio público com enfoque na gestão e no inventário patrimonial, visando contribuir na melhoria do controle e da transparência na administração dos bens da UFPB.

A pesquisa científica é uma atividade que envolve um processo que se utiliza de métodos de exploração e testes investigativos para produzir novos conhecimentos, obtendo novas informações para ampliar o entendimento ou questionar ideias e descobertas. (Paula, Andrade e Soares, 2016).

A construção deste estudo científico deu-se pela revisão da bibliográfica, por intermédio de artigos científicos publicados em revistas, trabalho de conclusão de curso, tese e dissertações, a fim de ampliar o conhecimento na área de estudo, para então obter base de referência para a pesquisa. A revisão bibliográfica também conta com a menção de leis, instruções normativas, decretos, portarias, manuais e livros que fazem referência a temática desta pesquisa, proporcionando a compreensão da legalidade dos procedimentos adotados na gestão do patrimônio.

Essas informações foram obtidas por meio de fontes diversas, como arquivos disponibilizados no Google Acadêmico e páginas que pertencem a organizações governamentais e não governamentais que divulgam textos relacionados a esse tema, resultando em numa discussão fundamentada e atualizada sobre a temática abordada.

Num segundo momento, os dados foram coletados por meio de questionários eletrônicos, pelo Google Forms e aplicativos. Valendo-se das informações obtidas para identificar a percepção dos usuários de bens patrimoniais da UFPB a respeito da situação do patrimônio.

Os dados coletados foram sistematizados utilizando a estatística descritiva, organizando-os em categorias de respostas, a partir dos públicos pesquisados, facilitando a identificação e percepção sobre o patrimônio. Alguns índices foram organizados em tabelas que possibilitou uma visualização mais clara na interpretação das respostas. A análise dos dados também levou em consideração as opiniões e sugestões apresentadas em quadros.

4 Apresentação e análise dos resultados

Como descrito anteriormente, os resultados desta pesquisa foram colhidos por meio da aplicação de questionários sobre a gestão patrimonial, onde foi possível identificar as percepções dos usuários do patrimônio em relação ao controle e a administração dos bens patrimoniais da UFPB, bem como as dificuldades enfrentadas no dia a dia. A análise foi feita de forma a destacar os pontos levantados, de maneira que a partir dos resultados possa contribuir para a discussão sobre a importância de um controle mais eficiente dos bens.

4.1 Perfil dos respondentes

A pesquisa contou com a participação dos usuários do patrimônio da UFPB, construída por meio de dois questionários distintos. Um dos questionários foi aplicado aos alunos, enquanto o outro foi aplicado aos servidores técnicos, servidores docentes e prestadores de serviços terceirizados. Essa abordagem permitiu alcançar um universo de 117 respondentes, sendo 58 alunos e 59 servidores técnicos, servidores docentes e prestadores de serviços terceirizados, o que em números percentuais corresponde a 49% e 51% do total, respectivamente. Proporcionando uma visão abrangente do ponto de vista dos diferentes grupos em relação ao patrimônio da instituição.

A pesquisa também coletou dados sobre o gênero, faixa etária, grau de instrução, vínculo com a instituição e a quanto tempo os pesquisados estão fazendo uso dos bens patrimoniais. Em relação ao gênero, com 57,3% a maioria identificou-se como sendo do gênero feminino, 41% como sendo do gênero masculino, e 1,70% dos respondentes preferiu não se identificar. Quanto à faixa etária, 6,8% está na faixa de 18 a 20 anos, 21,7% entre 21 a 25 anos, 14,5% na faixa de 26 a 30 anos, 29% entre 31 a 40 anos, 15,3% entre 41 a 50 anos e 12,7% declaram ter mais de 50 anos. No que diz respeito ao grau de instrução dos pesquisados, 1,7% afirmam ter o nível médio completo, 50,4% estão com a graduação em andamento, 9,4% disseram que já concluíram a graduação, 10,2% afirmam estar cursando uma especialização, 15,4% possuem mestrado, 10,3% doutorado e 2,6% pós-doutorado.

Para complementar, a pesquisa coletou ainda dados sobre o vínculo dos pesquisados e a quanto tempo estão fazendo uso dos bens patrimoniais da instituição, os quais em relação ao vínculo 58,9% são alunos, 13,7% são servidores docentes, 26,5% são servidores técnico-administrativos, e 0,9% prestadores de serviços terceirizados. Em relação ao tempo que estão na instituição, 6% afirmam está a menos de 1 ano, 53,8% estão de 1 a 5 anos, 17,1% declaram está de 6 a 10 anos e 23,1% estão a mais de 10 anos na instituição. Esses dados contribuem para compreender as diferentes percepções e experiências dos diferentes grupos que usam o patrimônio da UFPB.

4.2 Resultados da Pesquisa

O primeiro questionamento trata-se do nível de conhecimento dos usuários do patrimônio em relação a um sistema de gerenciamento dos bens, onde 50% dos alunos respondentes apenas ouviram falar, mas que não tinham conhecimento sobre os detalhes. Além disso, 37,9% revelam que não conhecem o sistema, enquanto 12,1% afirmam que conhecem. Por outro lado, os servidores docentes, técnico e prestadores de serviços terceirizados disseram, em sua maioria, que conhecem o sistema (42,4%), enquanto 40,7% conhecem, mas sabem detalhes e 16,9% desconhecem o sistema.

Os resultados indicam uma situação mais favorável por parte dos servidores, técnicos e prestadores de serviços terceirizados sobre o conhecimento de um sistema de gerenciamento dos bens patrimoniais em relação aos alunos, ainda que existe uma porcentagem considerável

que não possui aprofundados conhecimentos na temática. Essa constatação denota uma necessidade de capacitação e comunicação, visando o aumento do conhecimento e a utilização do sistema, buscando maior eficiência no gerenciamento das informações sobre o patrimônio.

A seguir, são apresentados dados sobre a frequência do uso dos bens patrimoniais pelos usuários do patrimônio da UFPB:

Tabela 1: Frequência do uso dos bens patrimoniais

Alunos		Servidores docente, técnico-administrativo e terceirizados	
Diariamente	31%	Diariamente	66,1%
Semanalmente	25,9%	Semanalmente	18,6%
Com pouca frequência	22,4%	Com pouca frequência	8,5%
Raramente	20,7%	Raramente	6,8%

Fonte: Elaboração própria (2024)

Esses dados revelam que os servidores docente, técnico-administrativo e terceirizados têm maior frequência na utilização dos bens da instituição em relação aos alunos. Essa diferença mostra que a alta frequência dos servidores em geral pode ser indicativo que as ferramentas estão sendo efetivamente disponibilizadas ao dia a dia, mas que também apontam uma diferença em relação aos alunos da instituição. Assim, esses casos podem demonstrar a falta de informação sobre a disponibilidade de algum bem para a execução de determinada tarefa acadêmica.

Tabela 2: Condições de uso dos bens

Alunos		Servidores docente, técnico-administrativo e terceirizados	
Sim, estão	19%	Sim, estão	11,9%
Sim, em parte	70,7%	Sim, em parte	76,3%
Não, não estão	10,3%	Não, não estão	11,9%

Fonte: Elaboração própria (2024)

Sobre a percepção dos usuários do patrimônio sobre as condições de uso dos bens, 19% dos alunos afirmam que os bens estão em boas condições, em contrapartida, 70,7% revelam que, em parte, estão adequados, e apenas 10,3% consideram que os bens não estão adequados para uso. Essa distribuição propõe que, muito embora a maioria admita que os bens ofertados pela UFPB atendam às suas necessidades, há uma visão de que poderia haver melhorias no estado de uso.

No caso dos servidores docente, técnico-administrativo e terceirizados, os resultados indicam percepções semelhantes aos alunos, pois 11,9% afirmam que os bens estão em boas condições, 76,3% indicam que estão adequados em parte e apenas 11,9% revelam que os bens não estão em boas condições de uso.

Assim, a maioria dos usuários do patrimônio da instituição indica a necessidade de melhorias, o que pode demonstrar que, apesar de os estarem em condições de uso, existem aspectos que poderiam ser vistos para melhor atender às demandas. Esses dados revelam também a importância de um processo de avaliação e manutenção dos bens patrimoniais, tanto para atender às expectativas dos alunos, como também para garantir os recursos necessários para o desempenho das atividades dos servidores, técnicos e terceirizados.

Perguntado aos usuários do patrimônio se já encontraram algum bem danificado ou em mau estado de uso, a tabela 3, a seguir, evidencia resultados alarmante para a administração do patrimônio.

Tabela 3: Percepção de encontro de bens danificados por grupo

Alunos		Servidores docente, técnico-administrativo e terceirizados	
Sim	48,3%	Sim	96,6%
Não	51,7%	Não	3,4%

Fonte: Elaboração própria (2024)

Os dados revelados pelos pesquisados evidenciam o estado dos bens patrimoniais utilizados pelos usuários do patrimônio da UFPB. Entre os alunos, 48,3% afirmam ter encontrado bens danificados ou em mau estado de uso, e 51,7% declaram não ter encontrado nenhum bem danificado. Já no caso dos servidores docente, técnico-administrativo e terceirizados, os dados são gravíssimos, pois 96,6% revelam ter encontrado bens danificados ou em mau estado de uso, enquanto apenas 3,4% não tiveram essa mesma experiência.

Os resultados podem mostrar uma preocupante falha na gestão e manutenção dos bens, o que pode prejudicar na qualidade do trabalho. A discrepante diferença entre percepção dos alunos em relação à percepção dos servidores docente, técnico-administrativo e terceirizados pode ser atribuída ao maior contato que têm com os bens patrimoniais, o que os deixa mais cientes das condições em que esses bens se encontram.

Assim, questionado sobre qual bem e em qual local foi encontrado danificado ou em mau estado de conservação, os alunos expõem que já encontraram “aparelho de ar condicionado, cadeiras, projetores, bebedouros, computadores, prateleiras e púlpito de auditório”, em lugares diversos “salas de aula, corredores, biblioteca, laboratório de informática, laboratório de contabilidade, clínica escola, no bloco do Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN)”, no campus I e no campus IV.

Da mesma maneira, servidores docente, técnico-administrativo e terceirizados relataram que encontraram “projetores, ares condicionados, mesas, cadeiras, computadores, bancos, impressoras, armários, carteiras, monitores, mesas de escritório, quadros, TV, aparelhos de telefone fixo, mouses, teclados, geladeira, centrífuga”. Em relação ao local onde encontraram, eles percorrem que encontraram nas “salas de aula, laboratórios, auditório, salas dos professores, biblioteca, reitoria, secretarias, coordenações de curso, espaço de convivência, copas, no Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCA), no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), na Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), no Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA), no Centro de Ciências da Saúde (CCS), no Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR), no Centro de Ciências Jurídicas em Santa Rita, na Pró-reitoria de Graduação, no Centro de Desenvolvimento do Servidor Público (CEDESP), no Centro de Tecnologia (CT)”.

A lista de itens mencionados nos mostra uma variedade de bens básicos para o funcionamento acadêmico e administrativo adequado. Equipamentos como projetores, ares-condicionados e carteiras que são essenciais para a realização de aulas podem resultar na má experiência dos alunos em relação aos bens da instituição. De igual modo, móveis e equipamentos, como armários, mesas, cadeiras, impressoras e ares-condicionados danificados, podem gerar uma insatisfação, desconforto no ambiente de trabalho e afetar a produtividade dos servidores, técnicos e terceirizados.

Em relação à identificação dos locais onde esses bens em mau estado ou danificados foram encontrados, denotam problemas em diferentes ambientes, mostrando que não se trata de um fato isolado, mas de uma questão desafiadora de conservação abrangente. Os danos relatados em locais diversos e tipos diferentes de bens mostram a necessidade de um empenho maior na manutenção e conservação do patrimônio, para assim minimizar a insatisfação dos usuários do patrimônio da UFPB. Uma das respostas dada no questionário dos servidores docente, técnico-administrativo e terceirizados revela de maneira clara essa insatisfação: “Em

vários Centros. O descaso da comunidade acadêmica em relação ao bom uso dos bens é comum, porém inadmissível.”

A realização de vistorias de maneira regular, manutenção e reparos frequentes, a conscientização dos usuários na conservação dos bens podem ser fundamentais para garantir que os bens estejam em boas condições de uso. Além disso, a gestão pode contribuir com a implantação de uma forma de comunicação onde alunos e profissionais registrem os problemas em relação ao patrimônio da UFPB.

Tabela 4: Comunicado da situação ao responsável

Alunos		Servidores docente, técnico-administrativo e terceirizados	
Sim	6,9%	Sim	57,6%
Não	93,1%	Não	42,4%

Fonte: Elaboração própria (2024)

A pesquisa mostra diferença expressiva na comunicação da situação dos bens patrimoniais entre os usuários do patrimônio da instituição. Entre os alunos, apenas 6,9% teriam comunicado ao encontrar um bem danificado ou em mau estado de uso ao responsável pelo patrimônio onde estudam, já 93,1% afirmam que não comunicaram. Isso pode significar uma falta de entendimento da importância da comunicação sobre a situação dos bens, ou de canais para os alunos poderem relatar os problemas com o patrimônio.

Entre os servidores docente, técnico-administrativo e terceirizados, 57,6% comunicaram terem encontrado bens danificados ou em mau estado de uso, porém 42,4% não fizeram. Embora seja um índice menor em comparação aos alunos, ainda demonstra que uma grande parcela destes não relata os problemas com os bens patrimoniais, levando em consideração que a vivência destes com os bens é mais frequente.

Os números mostram a falta de comunicação e a conscientização sobre a importância de expor os problemas de conservação. Para os alunos, pode ser interessante promover palestras, campanhas que incentivem a participação mais ativa na preservação do patrimônio. Para os servidores docente, técnico-administrativo e terceirizados, a criação de um canal formal para reportar os problemas com bens, solicitar manutenção e reparo, com também sugerir melhorias à gestão patrimonial.

Os questionamentos seguintes foram direcionados apenas aos servidores docente, técnico-administrativo e terceirizados da instituição. Perguntado se já participaram de algum processo de inventário, 33,9% responderam que sim, e 66,1% informaram que não participaram de nenhum processo de inventário.

Esse questionamento nos permite visualizar que a maioria dos servidores docente, técnico-administrativo e terceirizados não tiveram a oportunidade de lidar com as atividades de gestão patrimonial e inventário. Esse fato pode se dá pela falta de treinamento, podendo causar erros na identificação e controle dos bens patrimoniais, ocasionando a ocorrência de relatórios desatualizados ou imprecisos. Além disso, pode significar que não há um cronograma para a execução de tal procedimento no setor onde trabalham ou até uma falta de capacitação.

Portanto, é importante considerar a realização de treinamentos, onde sejam abordados os procedimentos de um processo de inventário e a importância para a gestão. Nessas ações, se tem em vista proporcionar também uma melhoria no controle e promover uma consciência de responsabilidade e cuidado com os bens.

Perguntado ainda aos servidores docente, técnico-administrativo e terceirizados se já receberam informação, treinamento ou estiveram em palestras sobre a importância do inventário para o controle patrimonial, apenas 13,6% afirmaram que sim, enquanto 86,4% não tiveram a mesma oportunidade. Essa estatística é bem preocupante, por sugerir que a grande

maioria desse grupo em questão não tem ciência da relevância do inventário na gestão patrimonial. Sem o entendimento dessa importância, os servidores docente, técnico-administrativo e terceirizados podem não dar o devido valor a necessidade de manutenção e atualização dos registros dos bens.

Além disto, essa falta de informação e treinamento pode ocasionar uma ideia de que a gestão dos bens é tida como uma atividade exercida apenas pelo setor de Patrimônio, o que pode ocasionar equívocos que podem levar a consequências administrativas como a perda de bens.

Tabela 5: Frequência de realização de inventário

Servidores docente, técnico-administrativo e terceirizados	
Anualmente	35,6%
Semestralmente	3,4%
Trimestralmente	0
Não tenho conhecimento	61%

Fonte: Elaboração própria (2024)

Ainda com questionamentos direcionados apenas aos servidores docente, técnico-administrativo e terceirizados que fazem uso do patrimônio da UFPB, 61% declaram não ter conhecimento sobre a periodicidade da realização do inventário no setor em que trabalham, já 35,6% afirmam que o inventário é realizado anualmente, ao mesmo tempo que 3,4% alegam que é realizado semestralmente. A ausência de registros de inventário trimestralmente pode enunciar que a prática frequente da realização de inventários é incomum em alguns setores da UFPB.

Esse alto índice de falta de conhecimento sobre a frequência da realização do inventário pode indicar problemas de transparência dentro da gestão patrimonial, e a insuficiência de informações sobre esse processo pode causar uma menor conscientização sobre a importância do controle.

Sobre a transparência no processo de inventário, 42,4% dos servidores docente, técnico-administrativo e terceirizados responderam que sim, por outro lado, 57,6% disseram que não consideram ser um processo transparente. O que mostra uma divergência expressiva de opiniões sobre a clareza do processo. Essa divergência é revelada nos comentários escritos por alguns dos pesquisados, conforme o quadro 1 nos mostra:

Quadro 1: Percepções sobre a transparência no processo de inventário

“É levantado, revisado e quando há incoerências, somos cobrados”	“Sim. Os responsáveis pelo patrimônio, elaboram relatórios.”
“Sim, pois fica claro o que foi visto no inventário”	“Pois identifico pela placa de tombamento nos bens.”
“O processo é amplamente divulgado por meio de comunicação com as unidades através de e-mails e Ofícios e o posterior cadastramento de processo para as unidades”	“Acredito que através do inventário seja possível listar os bens de maior valor da UFPB e controlar a rotatividade. Porém, alguns de menor valor nem sempre tem tombamento.”
“Não temos como consultar (ou desconhecemos como consultar) os inventários de todos os setores.”	“Participei de forma mais ativa do início do levantamento patrimonial, porém, do meio para o fim, não sei bem como ocorreu o restante do processo, apenas o que está agendado no cronograma”
“Nunca vi ouvi e vi comentário sobre o inventário dos bens da UF”	“Mas a classe discente não tem interesse ou tempo de participar”
“Não tenho conhecimento algum sobre.”	“É dada publicidade todo ano”
“Creio que deveria ser feito em forma de comunicado para toda a comunidade acadêmica.”	“Ele precisa ser divulgado junto a comunidade universitária.”

“Não existe calendário de inventário na instituição”	“Sim, todos os processos são publicizados e classificados como ostensivos no Sipac.”
“Em quatro anos de UFPB nunca soube de realizações de inventários, talvez a informação fique só com os chefes e os responsáveis, no geral não soube de movimentação para realização de inventário.”	“Nunca tomei conhecimento de fato, como é realizado esse inventário, como é realizado, em qual período, desconheço completamente.”
“No momento, entrei há pouco tempo como servidor e não foi realizado inventário por aqui.”	“Sempre envolvem o gestor patrimonial e essa metodologia acaba dando mais transparência ao pleito.”
“Como todo procedimento de gestão deve ser transparente e responsável.”	“Os que participei, foram feitos de modo coerente.”
“Acredito que deveria haver uma maior participação de todos.”	“Falta maior divulgação e comprometimento dos gestores públicos.”
“É transparente pelo fato de a universidade obter controle dos bens, identificar o seu patrimônio. Porém, o que pode dificultar a transparência é a gestão de forma eficaz e eficiente do controle desses bens.”	“Sim, teoricamente deve ser transparente para que se tenha uma avaliação do patrimônio. Sendo essencial para fins informações necessárias para as partes interessadas.”
“Não vejo informações sobre.”	“Desconheço como é feito.”
“Não há um repositório público de dados ou portal de consulta.”	“Não, devido à dificuldade em localizar os bens.”
“Na verdade, como desconheço como funciona, não sei se é transparente ou não. Marquei “não” por falta de uma terceira opção.”	“Não há uma divulgação ampla do procedimento, nem tampouco é realizada a conscientização da sua importância.”
“Deveria ser melhor esclarecido.”	“É feito por comissão.”
“Não sei onde visualizar o processo de inventário.”	“Isso nunca foi discutido no departamento ou centro.”
“Sim, mas as ferramentas utilizadas para publicação ainda precisam melhoras. Alguns setores publicam listas em word com informações como o número de tombamento e o local atual do bem e a guia Patrimônio Móvel no SIPAC apresenta barreiras de acesso a informação de forma mais fluída.”	“Não há divulgação sobre o assunto. Opacidade em relação aos dados dos bens da UFPB. Gostaria de destacar a questão da situação dos bens adquiridos para fins de pesquisas, como equipamentos e livros, por recursos de órgãos de pesquisa. Não há orientação aos docentes da necessidade de patrimoniar esses bens.”
“Deduzi a resposta por não ouvir falar dele.”	“Não considero transparente porque não recebemos comunicação a respeito.”
“É apresentado relatório aos servidores da Unidade sempre que se faz o inventário/encaminhamento dos bens”	“Cada setor realiza seu inventário de forma despadronizada e não regular.”
“Eu não sabia nem que existia esse procedimento.”	“Não há divulgação e treinamento sobre as etapas do processo e qual o papel de cada ator nele.”
“Não tem verba.”	“É transparente.”
“O inventário é realizado em duas etapas: 1º o servidor do setor inventariado levanta as informações quantitativa dos bens; 2º equipe responsável pelo inventário faz a conferência da 1º etapa.”	“Em partes não, pelo fato da desorganização do inventário após serem feitos, quase sempre são mudados de local ficam obsoletos e não são feitas as alterações necessárias junto ao setor responsável isso acarreta uma falta de comunicação do centro e o setor responsável de receber o inventário, fica nítido a desorganização entre o que está em sistema cadastral e o que realmente está no local.”
“Nunca tive acesso ou transparência para afirmar”	“O processo que acompanhei foi transparente.”
“Devemos acreditar que temos pessoas responsáveis que cuidem bem do patrimônio público.”	“Porque leva em consideração ao levantamento de todos os bens.”
“Não são repassadas aos servidores a informação do que está sendo feito e como está sendo feito.”	“Justamente por nem sabermos o que de fato seja e como é realizado e qual setor é responsável.”

Fonte: Elaboração própria (2024)

Os comentários indicam alguns pontos positivos em relação à transparência do processo de inventário, pois alguns destacam que os responsáveis pelo processo emitem relatórios,

mostrando o que foi visto no inventário, para outros o processo é documentado, publicado no sistema interno da instituição e questionados caso haja alguma inconsistência.

Entretanto, há também comentários que expressam falhas na transparência do processo. Comentários que apontam falta de comunicação, desorganização e a falta de atualização de informações, o que indica que pode haver divergências entre o que está registrado e a realidade física dos bens. Outro ponto a destacar nos comentários é a falta de conhecimento de que há esse procedimento de realização de inventário, e a falta de acesso à informação, como a inexistência de um calendário para a realização do inventário. Dessa forma, apontando uma urgente necessidade de inclusão dos profissionais usuários do patrimônio no processo de inventários.

Os participantes, em seus comentários, sugerem ainda algumas melhorias como a criação de calendários, maior divulgação das etapas do processo e uma necessidade de treinamento para os profissionais envolvidos.

Os servidores docente, técnico-administrativo e terceirizados foram indagados também sobre as dificuldades encontradas durante o processo de inventário.

Tabela 6: Dificuldades no processo de inventário

Servidores docente, técnico-administrativo e terceirizados	
Falta de treinamento	33,9%
Falta de ferramentas adequadas para o levantamento	5,1%
Falta de tempo	6,8%
Dificuldade em localizar os bens	20,3%
Outro	33,9%

Fonte: Elaboração própria (2024)

Os dados apresentados na tabela indicam que os maiores índices são a falta de treinamentos e outras dificuldades que não foram especificadas nas opções apresentadas, com 33,9% cada, o que nos sugere que os servidores docente, técnico-administrativo e terceirizados não se sentem aptos para realização de inventário. Outro índice preocupante é que 20,3% afirmam ter dificuldades em localizar os bens, isso pode estar relacionado a uma desorganização e erros nos registros dos bens, podendo trazer morosidade ao processo. Além disso, 6,8% indicaram a falta de tempo, que muito embora seja uma dificuldade mencionada, não representa um grande obstáculo, e por fim, 5,1% disseram que falta ferramentas adequadas para o levantamento patrimonial, o que sugere que existe limitações nas ferramentas disponíveis para a execução do inventário.

Sobre esse ponto, foi perguntado aos servidores docente, técnico-administrativo e terceirizados se consideravam as ferramentas utilizadas software, planilhas e outras como adequadas, e 55,9% disseram que sim, mas 44,1% não têm o mesmo julgamento. Isso indica que para um pouco mais da metade, as ferramentas disponibilizadas atendem as necessidades no processo, porém uma parcela considerável desaprova as ferramentas, essa percepção dos que expressão insatisfação pode revelar a importância de avaliação e aprimoramento das ferramentas.

Foi aberto ainda um espaço para que os servidores docente, técnico-administrativo e terceirizados pudessem opinar sobre melhorias nas ferramentas utilizadas, conforme descritas no quadro 2 a seguir:

Quadro 2: Concepção sobre as melhorias nas ferramentas

“Poderíamos ter uma forma mais prática de atualizar a situação dos itens.”	“Computadores precisam ser mudados alguns, sistemas contábeis também deveriam retornar.”
--	--

“Mais clareza.”	“Não tenho opinião a fazer.”
“Diversas.”	“Nada a declarar.”
“Nunca vi acontecendo um inventário sobre os bens da UF.”	“O inventário ser de fácil acesso a classe estudantil e fazer parte em estágio supervisionado.”
“Não existe inventário”	“Aprimoramento destas ferramentas.”
“Ferramentas dedicadas a gestão patrimonial de maneira exclusiva.”	“Mais empenho das equipes de cada Centro/Unidade envolvidas na atividade”
“Um software próprio (ou módulo no SIGAA), treinamento e transparência para o processo de inventário.”	“Tornar os procedimentos mais transparentes e capacitar servidores e gestores sobre a importância desse tema.”
“Talvez construir um modelo geral e único de planilha para levantamento de bens.”	“Em relação aos softwares, adotar o uso de ferramentas de código aberto.”
“Utilização de ferramenta com código de barras, do tipo leitores.”	“Poderia haver um leitor móvel ou mesmo um "refid - etiquetas de tombamento com chip.”
“Melhorar o controle de localização e status dos bens com tecnologias de rastreamento.”	“Usar a inteligência artificial para auxiliar no processo de controle e identificação.”
“Não posso dizer, desconheço como é feito.”	“Tecnologia.”
“Capacitação dos gestores e melhor controle dos bens públicos.”	“Questão de controle na alimentação dos bens.”
“Desconheço como funciona.”	“Automação.?”
“Imagino que o menor dos problemas, em 2024, seja acesso a ferramentas digitais.”	“A utilização de forma plena das ferramentas disponíveis.”
“Não tenho conhecimento das ferramentas utilizadas.”	“Ferramentas de alimentação de dados contínuas.”
“Não fiz uso de ferramentas eletrônicas para inventário.”	“Utilização de sistema que contemplasse as possibilidades existentes.”
“Não diria, em primeiro momento, nas ferramentas. O que precisa ser melhorado de imediato é a padronização da colocação das etiquetas de tombamento: observa-se que o mesmo bem, mesmo fabricante, possui diferentes pontos de afixação das etiquetas, dificultando os inventários.”	“Melhoria na consulta de informações ao SIPAC; e geração de relatórios mais completos como informações sobre empenho, nota fiscal, tombamento, data de aquisição, data de transferência, local atual, etc.”
“Treinamento para conhecimento e como utilizar.”	“Não sei responder, pois desconheço com profundidade sobre inventário patrimonial.”
“Mais simplificadas.”	“Atualização.”
“Não me sinto apta.”	“Não saberia dizer.”
“Fazemos uma listagem no computador ... creio que quem usa o sistema de patrimônio deve ser o setor existente nos centros de ensino e o próprio setor de patrimônio.”	“Não sei, porque não conheço o sistema utilizado.”
“A maior parte do patrimônio da UFPB não está adequadamente localizada, dificultando o gerenciamento dos bens. O patrimônio demora muito tempo para buscar os patrimônios danificados e não existe um processo de guarda adequado desse material. Em vários locais da UFPB se encontram materiais patrimoniais inservíveis jogados enquanto aguardam o descarte pela instituição, inclusive no prédio em frente à reitoria.”	

Fonte: Elaboração própria (2024)

As opiniões expressas acima indicam que há algumas petições sobre a atualização na situação dos bens, a necessidade de clareza nas informações também mencionada mostra que muitos não tem o devido acesso ao inventário. Alguns sugerem a implementação de tecnologias mais avançadas, módulos integrados, uso de ferramentas como leitores de códigos de barras, além do uso da inteligência artificial para identificar os bens.

Outras opiniões indicam a necessidade de capacitação dos gestores e servidores responsáveis pelo patrimônio e padronização na colocação das etiquetas de tombamento. Essas concepções denotam uma preocupante necessidade de melhorias integralização das ferramentas, propondo uma atualização e capacitação dos envolvidos no processo de inventário.

Por fim, servidores docente, técnico-administrativo e terceirizados foram indagados se estão satisfeitos com a gestão dos bens patrimoniais e se teriam algo a acrescentar, então 1,7% se disseram muito satisfeitos, enquanto 23,7% se mostraram satisfeitos. Por outro lado, 20,3% expressaram estar insatisfeitos, 5,1% declararam estar muito insatisfeito, enquanto a maioria, com 49,2% indicou ser indiferente em relação a gestão. Tais resultados indicam que, muito embora uma parte tenha uma perspectiva positiva, uma maioria revela insatisfação e indiferença, o que sugere uma rápida melhoria, expressas nas opiniões a seguir.

Quadro 3: Opiniões sobre a gestão patrimonial

“Sinto falta de recursos para manutenção de itens. Na maioria das vezes, vejo itens com defeito sendo substituídos por novos, quando poderiam ser consertados.”	“Com pessoal treinado para fazer o inventário da forma correta um responsável direto de cada setor, centro ou local pra fazer as devidas mudanças que se fizer necessário e um banco de dados feito de uma forma correta dentro do próprio sistema seria um bom começo.”
“Atendendo prontamente os pedidos através de um canal adequado.”	“Ter transparência para os alunos quando for feito.”
“Concertar os bens quebrados.”	“Mantendo a conservação dos bens.”
“Transparência.”	“Desconheço o assunto.”
“Incluir mais os alunos principalmente de ciências contábeis e administração.”	“Através da manutenção e fiscalização do seu estado de conservação.”
“Começar pela informação existente dos bens e estado de conservação.”	“Implementação de políticas de inventário pelo menos uma vez por ano.”
“Sem conhecer o processo atual, fica difícil opinar.”	“Ser realizado os inventários anuais e rotativos constantemente.”
“Engajando de maneira eficiente os setores e educando os chefes dos respectivos para que o levantamento seja mais eficiente e transparente.”	“Deveria implantar manuais de procedimentos de gestão patrimonial e aplicar punições aos infratores.”
“Recolhimento/Troca de equipamentos inservíveis sem deixar acumular.”	“Fazendo um levantamento e análises dos bens materiais dos devidos setores.”
“Poderíamos ser acompanhados mais de perto por pessoas diretamente envolvidas no processo de levantamento patrimonial.”	“Com a implantação de um software próprio (ou módulo no SIGAA), treinamento e transparência para o processo de inventário.”
“Treinamentos periódicos com as unidades administrativas poderiam melhor conscientizar os servidores acerca da importância de um patrimônio bem controlado.”	“Treinamento aos técnicos, manutenção no setor apenas daquilo que se necessita, adoção de ferramentas de código aberto.”
“Poderíamos ter uma melhor distribuição, buscando promover pequenos reparos e consertos.”	“Se tivéssemos uma equipe específica para realizar essa atividade, com fiscalização constante.”
“Estabelecendo uma Política de Preservação do Patrimônio Público, a ser compartilhada com todos os usuários.”	“Treinar a equipe responsável pelo controle dos bens patrimoniais capacitando e dando condições de trabalho eficientes.”
“Com mais divulgação e treinamento sobre o tema.”	“Planejamento, implementação de novas ferramentas.”
“Desconheço como funciona.”	“Mais zelo e compromisso.”
“Sempre é bom melhorar a gestão dos bens patrimoniais.”	“Capacitação dos gestores e controle dos bens públicos.”
“Enxugando a base de dados.”	“Com sistemas mais sofisticados.”
“Estimular sentimento de pertencimento, inserir no cotidiano das práticas administrativas, atualização e informatização do processo.”	“Realização de um inventário fidedigno. Explicar aos servidores da importância desse trabalho. Ter controle real dos bens, inclusive os de valor cultural.”

“Por diversas formas, como treinamento dos servidores e chefias sobre a conscientização da importância da gestão patrimonial. A utilização obrigatória do sistema de gestão. Conhecimento da Gestão Superior da Instituição da Importância da gestão patrimonial. Atuação de forma mais proativa do controle interno da instituição.”	“Não existe processo sistemático de inventário estimulado pelo setor de patrimônio. Cada setor faz quando quer, do jeito que quer. Ainda se encontram nos setores patrimônios que pertencem a outros setores e nunca foram transferidos. Não existe processo sistemático e adequado de descarte dos bens patrimoniais.”
“Não tenho conhecimento para falar sobre isso.”	“Treinamento, divulgação e participação de todos os envolvidos.”
“Cuidando melhor e de maneira responsável.”	“Dinheiro ou redução da estrutura. É muita estrutura física para poucos recursos.”
“Com maior transparência, que os servidores pudessem tomar conhecimento do que ocorre com os bens em uso/desuso, como mínimo, em sua própria Unidade”	“Com controle regular e periódico do estado de conservação desses bens e, quando necessário, a adequada realização da substituição e descarte dos bens. Além da promoção de treinamentos focados nesse processo.”
“Mantendo o sistema atualizado, a partir dos setores, o que facilita o próprio setor de patrimônio, a tomar decisões sobre o estado dos bens. Outra coisa séria poder ter uma forma de consertar o bem, que as vezes, um pequeno reparo, permite que tenha mais aproveitamento e vida mais longa.”	“padronização de equipamentos, compras coletivas, aumento da equipe de manutenção, contratação de equipe para recuperação/restauração de bens, doação rápida de bens não utilizados para evitar inservíveis.”
“Democratizando o acesso à informação dos bens.”	“Com fiscalização semestral, para verificar a conservação do bem.”
“Difícil sem verba.”	“Ter alguma comissão específica ampla e diversificada responsável por essa temática.”

Fonte: Elaboração própria (2024)

A variedade sentimentos em relação a gestão patrimonial demonstram preocupações e sugestões. Muitos comentários expressam a falta de recursos para a manutenção e conservação dos bens, revelam que existem bens danificados que ao invés de serem consertados são substituídos, indicando desperdício de recursos que já são poucos.

Entre os comentários há ainda uma concordância sobre a necessidade de treinamento e capacitação dos responsáveis pela gestão. A transparência e comunicação nas ações também é muito requerida entre os respondentes, além da necessidade de realização de inventários periódicos e a criação de manuais de procedimentos que garantam que todos setores sigam as mesmas práticas. A inclusão dos alunos nas áreas de administração e contabilidade no processo de gestão é tida como uma forma de envolver a comunidade acadêmica. Além disso, a melhoria nos sistemas e a fiscalização regular são vistas como necessárias para garantir o controle patrimonial.

5 Considerações Finais

O estudo sobre a gestão patrimonial objetivou identificar a percepção dos usuários de bens patrimoniais da UFPB, a respeito da situação do patrimônio, com enfoque na gestão e no inventário patrimonial, destacando a relevância do inventário como uma prática essencial para um controle dos bens públicos, buscando contribuir na melhoria do controle e da transparência na administração desses bens. A pesquisa mostrou que uma gestão bem organizada não apenas facilita o controle de ativos, mas proporciona transparência e confiança.

Os resultados alcançados revelam que a implementação de um sistema que ofereça uma visão dos bens devidamente registrados e monitorados são fundamentais para evitar erros e prevenir perdas. Além disso, a pesquisa indica ainda que a falta de comunicação e conscientização sobre a importância do inventário foram identificadas como impedimentos

significativos, sendo sugeridos em diversos momentos que a capacitação e treinamento dos profissionais são importantes para a melhoria do processo.

A pesquisa ressalta também a necessidade de um canal de comunicação formal para os usuários poderem relatar os problemas com o patrimônio, e que transparência nas práticas de movimentação e atualização dos registros devem ser prioridade para fortalecer a confiança na administração.

Em suma, a gestão patrimonial da UFPB, quando realizada de forma eficiente e transparente, pode não apenas melhorar o controle sobre os bens, mas também contribuir para uma cultura de responsabilidade e eficiência na administração pública. A continuidade e o aprimoramento das práticas de inventário são vitais para garantir que os recursos públicos sejam utilizados de maneira adequada, refletindo o compromisso da instituição com a boa governança e a prestação de contas à comunidade acadêmica.

Referências

ALVES, Antônio Everardo Soares. **O Controle patrimonial no serviço público: estudo de caso no Hospital Universitário Walter Cantídio**. 34 f. Artigo (Especialização) - Curso de Especialização em Gestão em Saúde, Instituto de Ciências da Saúde - Ics, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1595/1/ANTONIO%20EVERARDO%20SOARES%20ALVES%20TCC.pdf>>. Acesso em: 30 de mar de 2023.

ARAÚJO, Emerson Diego da Costa. **Implantação do Sistema Integrado de Gestão (SIG) na UFPB: um estudo de caso**. Orientador: Prof. Dr. Miguel Maurício Isoni. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/5890/1/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 11 de jun de 2023.

BARBOSA, José Roberto dos Santos. **Gestão Patrimonial de bens móveis na administração pública: um estudo de caso na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**. Orientador: Prof. Me. Jarbas Queiroz dos Santos. Disponível em: <<http://131.0.244.66:8082/jspui/bitstream/123456789/953/1/TCC%20Jos%c3%a9%20Robert%20dos%20Santos%20Barbosa.pdf>>. Acesso em: 19 de mai de 2023.

BARRETO, Isaias Cristiano Esteves; PORTO JUNIOR, Francisco Gilson Rebouças; COSTA, Wendell Eduardo Moura. **GESTÃO PATRIMONIAL: perspectivas do controle contábil e extra contábil de acervos bibliográficos físicos em bibliotecas de instituições públicas federais**. Revista Observatório, Palmas, v. 8, n. 1, p. 1-16, 2022. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2021v8n1a3pt>>. Acesso em: 04 de abr de 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 04 de abr de 2023.

_____. Lei nº 4.320, de 17 de Março de 1964. Dispõe sobre Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm>. Acesso em: 04 de abr de 2023.

_____. Instrução Normativa nº 205, de 08 de abril de 1988. Disponível em: <http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/in/in205_88.htm>. Acesso em: 04 de abr de 2023.

_____. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm#:~:text=Institui%2C%20no%20%C3%A2mbito%20da%20Uni%C3%A3o,comuns%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.> Acesso em: 02 de jun de 2023.

_____. Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018. Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequada de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9373-11-maio-2018-786674-publicacaooriginal-155545-pe.html>>. Acesso em 02 de jun de 2023.

_____. Decreto nº 9.764, de 11 de abril de 2019. Dispõe sobre o recebimento de doações de bens móveis e de serviços de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9764.htm>. Acesso em: 16 de jun de 2023.

_____. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Dispõe sobre Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm>. Acesso em: 04 de abr de 2023.

FERNANDES, Karina Casola; SILVA, Rafael Paris da; TOLFO, Cristiano. **Uma proposta de melhoria de processo utilizando sistemas de informação na gestão do inventário patrimonial**. Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão, v. 10, n. 2, 3 mar. 2020. Disponível em: <https://guri.unipampa.edu.br/uploads/evt/arq_trabalhos/18419/seer_18419.pdf>. Acesso em: 16 de mai de 2023.

FERREIRA, Luciano Albino. **Gestão patrimonial na Administração Pública: um estudo sobre perspectivas e práticas no âmbito das Universidades Federais do país**. 2021. 70 f. Monografia (Graduação em Administração) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2021. Disponível em: <https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/3462/1/MONOGRAFIA_Gest%c3%a3oPatrimonialAdministra%c3%a7%c3%a3o.pdf>. Acesso em: 03 de abr de 2023.

FIJOR, Thiago Frederic Albert. **O Controle patrimonial como ferramenta de governança pública: o caso da Universidade Tecnológica Federal do Paraná**. Orientador: Profa. Dra. Maria Lúcia Figueiredo Gomes de Meza, 2014. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1002/1/CT_PPGPGP_M_FIJOR%2c%20Thiago%20Frederic%20Albert%20_2014.pdf>. Acesso em: 05 de abr de 2023.

FREITAS, Dennis Thadeu. **Manual de procedimentos patrimoniais da UFPB**. Disponível em: <<http://www.pra.ufpb.br/pras/contents/menu/servicos/assuntos/divisao-de-patrimonio-dipa>>. Acesso em: 20 de abr de 2023.

LIMA, Regina Célia de; SILVA, Adriano Willian da. **Gestão Patrimonial em instituições federais de ensino**. Revista Mundi Sociais e Humanidades. Curitiba/PR, v. 6, n. 1, 110, jan./jul. 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/355054195_A_GESTAO_PATRIMONIAL_EM_INSTITUICOES_FEDERAIS_DE_ENSINO>. Acesso em: 29 de abr de 2023.

MARTINS, Mônica Maria Echeverria; SOUSA, Gisele Gomes de; NASCIMENTO, Viviane de Araújo; ROCHA, Diego Targino de Moraes. **Novo modelo de gestão patrimonial do estado de Pernambuco: o controle dos bens públicos à luz das novas normas brasileiras de contabilidade (NBCASP)**. Disponível em: <<http://consad.org.br/wp-content/uploads/2013/05/173-NOVO-MODELO-DE-GEST%C3%83O-PATRIMONIAL-DO-ESTADO-DE-PERNAMBUCO-O-CONTROLE-DOS-BENS-P%C3%9ABLICOS-%C3%80-LUZ-DAS-NOVAS-NORMAS-BRASILEIRAS-DE-CONTABILIDADE-NBCASP.pdf>>. Acesso em: 20 de mai de 2023.

MATIAS, Anderson Cortez. **Gestão Patrimonial: Contribuição para o controle de bens móveis na Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. Orientador: Prof. Dr. Miguel Maurício Isoni. 2015. Dissertação - Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8630/2/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 31 de mar de 2023.

MORAES, Renato Alencar de. **A gestão patrimonial na administração pública: um estudo de caso no CIEP**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.7.n.4. abr, 2021. Disponível em: <<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2253/898>>. Acesso em: 19 de mai de 2023.

MORESI, Eduardo Amadeu Dutra. **Metodologia da Pesquisa**. Disponível em: <<http://www.inf.ufes.br/~pdcosta/ensino/2010-2-metodologia-de-pesquisa/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>>. Acesso em: 16 de mai de 2023.

PAULA, Izabella Dias de; ANDRADE, Fernanda de; SOARES, Thereza Maria Zavarese. **A classificação das pesquisas segundo os manuais de metodologia científica: uma reflexão teórico-metodológica**. In: WORKSHOP DE INOVAÇÃO, PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO, 2., 2016, São Carlos, SP. Anais... São Carlos, SP: IFSP, 2016. p. 6-10. ISSN 2525-9377. Disponível em: <<http://wipex.scl.ifsp.edu.br/ocs/index.php/wipex/2wipex/paper/viewFile/41/50>>. Acesso em: 16 de mai de 2023.

PONTES, Everton Pereira de. **Análise do processo de gestão patrimonial no IFPB Campus Picuí**. Disponível em: <<https://repositorio.ifpb.edu.br/bitstream/177683/853/1/Everton%20Pereira%20de%20Pontes.pdf>>. Acesso em: 02 de mai de 2023.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): 10ª edição. Brasília 2023. Disponível em: <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:48458>. Acesso em: 14 de ago de 2024.

VIECELLI, M. E.; MARKOSKI, A. **A importância do controle patrimonial para as entidades públicas: um estudo de caso no Centro de Educação Superior do Norte do Rio Grande do Sul (CESNORS)**. Revista de Administração, Frederico Westphalen/RS: v. 11, n. 20 (2013). Disponível em: <<http://www.revista.fw.uri.br/index.php/revistadeadm/article/view/954/1709>>. Acesso em: 02 de abr de 2023.